



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ANTONIO OLINTO - PR**

**PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL ACERCA DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI
ORGÂNICA Nº 01/2024, DE AUTORIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

1 - RELATÓRIO

O Presidente da Câmara Municipal encaminhou para análise desta Comissão a Proposta de Emenda a Lei Orgânica municipal nº 01/2024, de autoria do Poder Legislativo, que:

“Dispõe sobre a proibição de nomeação de cônjuges, companheiros e parentes consanguíneos, ascendentes, descendentes, afins ou por adoção, para cargos comissionados no serviço público municipal e dá outras providências”.

O Projeto foi devidamente encaminhado a esta Comissão Especial, consoante determinação do art. 266 do Regimento Interno, que exige nossa manifestação acerca da admissibilidade da proposta de alteração da Lei Orgânica Municipal.

É o relatório do necessário.

2. - VOTO DO RELATOR

Pretende-se com o Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal em tela incluir *“expressamente na Legislação Municipal a impossibilidade de nomeação de parentes ligados ao Prefeito.”*

Da detida análise denota-se que se busca incluir o art. 21-A na Lei Orgânica Municipal dispositivo que proíbe, no âmbito do Poder Executivo, a nomeação de *“de pessoas para ocupar cargos comissionados, ainda que de Secretário, que seja cônjuge, companheiro (a), parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, do Prefeito Municipal”.*

Diante disso, passamos inicialmente a análise dos pressupostos materiais.

Sobre a autonomia dos municípios, assim dispõe a Carta da República:

“Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. (...)”

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (...)”



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO - PR

Fto 12

Desta forma, tendo em vista o pacto federativo, que concede aos municípios, além de outras, a autonomia política que aliada com a competência legislativa atribuída constitucionalmente pela Carta Magna de 05 de outubro de 1998, entende-se que não há vício material na Proposta de Emenda à Lei Orgânica em apreço.

A Constituição Federal ainda estabelece que:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade**, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte.” (g.n.)*

Outrossim, é certo que a Súmula 13 do STF vai ao encontro do que dispõe o PL em apreço, eis que com a aprovação da presente proposta, busca-se estender a vedação na nomeação para cargos públicos comissionados de parentes em linha reta ou colateral até terceiro grau do Prefeito inclusive para os cargos de agentes políticos, Secretários Municipais, o que é possível dentro da autonomia concedida aos Municípios pela CRFB e dos princípios constitucionais da legalidade e impessoalidade.

Em relação ao aspecto formal, a Lei Orgânica Municipal estabelece que:

“Art. 24. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;

II – do Prefeito Municipal;

§ 1º - A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, pelo menos dois terços (2/3) dos votos dos membros da Câmara.”
(grifo nosso)

Compulsando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica em análise, percebe-se que foi atingido o número mínimo de três vereadores subscritores da proposta, o que torna cumprido o requisito previsto no art. 24, I da Lei Orgânica Municipal, restando, portanto, igualmente, atendido o requisito formal.

Assim sendo, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal em apreço não atenta contra as normas constitucionais, regimentais e legais em vigor, nada obstando, portanto, sua livre tramitação nesta Casa Legislativa.

Diante do exposto, meu voto é pela admissibilidade da presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2024, devendo ser submetida ao colendo plenário na forma regimental.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ANTONIO OLINTO - PR**

Necessário apenas correções de técnica legislativa na ementa do projeto; adequação da data de vigência; e adequação ao projeto para permitir o acesso a cargo de Secretário Municipal por cônjuge, companheiro e parente até 3º grau do Prefeito em pelo menos uma situação específica, a saber, para a pasta de assistência social, conforme substitutivo anexo.

Antonio Olinto, 13 de novembro de 2024.

RICARDO WISNIESKI ALVES

Relator

Com o relator:

WILSON NAPOLEÃO GUENZE
Presidente

ELISEU SCHIMIDT DE OLIVEIRA
Membro

JOÃO ISSACARD BORBA
Membro

MARINALDO SCHIMIDT LEMES
Membro